

Caso de censura ao CQC evidencia disputa sobre concepções do jornalismo

Raíza Rocha

Grupo de Pesquisa em Análise de Telejornalismo
Póscom-UFBA

Na noite de reestreia do CQC (15 de março), Marcelo Tas anuncia que o quadro *Proteste Já* foi censurado pela Juíza Nilza Bueno da Silva, da Vara da Fazenda Pública de Barueri devido a uma ação impetrada pela Prefeitura da cidade, localizada no interior de São Paulo. O quadro, que iria ao ar no primeiro programa do ano, denunciava o desvio de um aparelho de TV doado à Secretaria de Educação do município. O argumento para a proibição do quadro foi que a prefeitura de Barueri não teve o “direito de resposta” e o “outro lado da notícia” não foi ouvido.

Na semana seguinte, o quadro foi ao ar após a intervenção do desembargador Marrey Unt que declarou a constitucionalidade da liberdade de imprensa como uma condição para a existência da democracia no país.

Esta não foi a primeira vez que o CQC foi proibido de exibir material jornalístico. Um mês após a sua estreia na televisão brasileira, o programa criado pela produtora argentina *Cuatro Cabezas* também foi proibido de gravar no Congresso Nacional. Para se verem livres das perguntas indiscretas e comprometedoras do CQC, a Casa não concedeu as credenciais de jornalistas aos repórteres do programa por considerá-lo “humorístico” e “a legislação brasileira impedir a cessão de espaços públicos para gravação de programas sem fins jornalísticos”.

Como resposta à restrição, o CQC lançou a campanha “CQC no Congresso Nacional” que envolveu artistas e internautas e um abaixo assinado virtual que recolheu, em pouco mais de um mês, 260.021 assinaturas. Dois meses depois, foi anunciada a volta do CQC ao Congresso.

Para além do reconhecimento da busca indiscriminada de justificativas que impeçam a publicação de informações sobre a má conduta de políticos, os dois casos nos permitem observar aquilo que seria uma convivência, nem sempre pacífica, entre possíveis discursos legitimadores do jornalismo contemporâneo.

Em relação a um mesmo formato de programa, as justificativas apresentadas para legitimar a censura se mostraram contraditórias. No caso do quadro *Proteste Já*, recorre-se ao valor jornalístico da objetividade, partilhado entre os jornalistas, reconhecido e pactuado socialmente, para argumentar que o CQC não teria atuado de forma (jornalisticamente) correta. Para se fazer um “bom jornalismo” seria necessário ouvir “os dois lados da história”, ser “objetivo” e “imparcial”. Por outro lado, no caso do Congresso Nacional, a censura foi justificada pelo fato do programa não ser considerado jornalístico. Neste caso, o humor utilizado pelos homens de preto não corresponderia ao papel do jornalismo de servir ao interesse público. O riso distrairia os telespectadores desvirtuando o público daquilo que realmente interessa: o debate político e a consolidação da democracia.

Ao mesmo tempo, os participantes do CQC reafirmam o caráter jornalístico do programa e que o humor, aliado ao jornalismo, não significa uma deformação do debate público. O próprio quadro Proteste já mostra com clareza, através do conteúdo temático, das referências audiovisuais e até mesmo da vinheta de abertura, a vinculação do CQC a pilares fundamentais do jornalismo moderno, como o de responsabilidade social e interesse público. Nesse sentido, a utilização de estratégias do entretenimento é, no programa, fundamental para reforçar esses valores canônicos do jornalismo moderno: o humor como instrumento para ampliar a audiência em relação aos temas políticos, para conscientizar, de uma forma diferente, os cidadãos e, de uma maneira alternativa, estabelecer uma conversação e um debate com aqueles que não se sentem mais atraídos por assuntos do mundo da política.

Percebe-se assim, em uma breve leitura sobre os dois casos de restrições ao programa CQC, a presença de discursos concorrentes sobre o conjunto de valores e práticas partilhados pelos jornalistas e reconhecidos pela sociedade e, por consequência, uma disputa sobre aquilo que define a qualidade jornalística na contemporaneidade: aquele do jornalismo sério, objetivo e impessoal que se faz presente e dominante; e do jornalismo que se utiliza de estratégias midiáticas do entretenimento para evocar efeitos próprios do campo jornalístico e que vem ganhando força na televisão aberta do século XXI.